

Tranquilidade para agir

São Paulo — O Brasil terá de garantir no ano que vem entre US\$ 50 bilhões e US\$ 54 bilhões para financiar o déficit em conta corrente (despesas maiores que receitas em moeda forte) e as amortizações da dívida externa, e deve ter alguma tranquilidade para isso ao contar com os recursos dos organismos multilaterais, somados ao investimento estrangeiro produtivo e o financiamento das importações. Essa avaliação foi feita ontem pelo diretor-técnico da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização (Sobeet), Octavio de Barros, que vê ainda boas possibilidades de recursos com a retomada das operações com bônus e créditos bancários.

Barros prevê que pelo menos metade dos títulos que vão vencer em 1999 serão rolados sem problemas. "Encerrou-se o processo de fuga", afirma ele, observando que os investidores internacionais começam a voltar aos títulos brasileiros. "O market share (fatia do mercado) do Brasil junto aos fundos para mercados emergentes praticamente se manteve."

A Sobeet calcula que o País precisará de US\$ 25 bilhões a US\$ 27 bilhões para financiar o déficit em conta corrente e, coincidentemente, quantia semelhante para cobrir as amortizações da dívida externa. Para Barros, é "factível" a previsão do ministro da Fazenda, Pedro Malan, de que o investimento estrangeiro direto em 1999 atinja US\$ 19 bilhões. "Dependendo da agressividade do programa de privatizações", ressalva

o diretor-técnico da entidade.

O processo de privatização no âmbito federal e estadual deve render no ano que vem aproximadamente US\$ 21 bilhões, segundo a estimativa da Sobeet, que inclui a parcela de 30% que os compradores do Sistema Telebrás devem pagar ao Brasil. Uma parte do dinheiro da venda de estatais deve vir de fora do país.

Os investimentos estrangeiros produtivos são menos vulneráveis aos momentos de crise financeira, lembra Barros. "Tanto é que as empresas estão confirmando a manutenção dos investimentos previstos no país", observa. "Estes investidores pensam a longuíssi-

"O MUNDO ESTÁ DE OLHO NO BRASIL E QUER VER O PLANO DE AUSTERIDADE FISCAL EM FUNCIONAMENTO"

Arturo Porzecanski,
do ING Barings

mo prazo." Só os setores mais sensíveis à queda imediata do poder aquisitivo da população, como o de supermercados, adotou uma postura mais retraída, conforme o diretor da Sobeet.

Na avaliação do economista-chefe do banco de investimentos ING Barings para as Américas, Arturo Porzecanski, o pacote é um seguro de vida para o plano real. "E como todo seguro de vida, não será utilizado em situação favorável. Aliás, o Brasil não precisa desse dinheiro. Tem US\$ 40 bilhões de reservas, portanto, se fizer todas as

reformas que prometeu, não terá que utilizar um só dólar desse pacote", concluiu o economista.

Na opinião de Porzecanski, a situação econômica do país piorou porque o governo falhou na implementação das medidas prometidas em outubro de 1997, quando estourou a crise asiática, e também pelo fato do Banco Central (BC) ter baixado as taxas de juros além do conveniente.

"O Brasil nunca cumpriu o que anunciou naquela época e foi por isso que a situação chegou a esse estágio", afirmou, acrescentando que, dessa vez, o governo não poderá perder tempo. "O mundo está de olho no Brasil e quer ver o plano de austeridade fiscal em funcionamento."

A maioria dos analistas financeiros especializados em mercados emergentes concorda que a ajuda internacional é de extrema necessidade, uma vez que vai amenizar a crise de confiança que se formou em torno do mercado brasileiro, com a quebra da

Rússia em 17 de agosto.

Para o economista e professor da Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Rabello de Castro, o País foi muito rápido em pedir dinheiro ao FMI e tem sido muito lento em realizar o ajuste fiscal. "Os recursos que vêm de fora podem virar o ópio, a droga que nos vicia", comentou. "O endividamento é perigoso e oneroso neste momento", avaliou o economista. Segundo ele, é perigoso que o governo sintasse confortável e adie o controle de gastos.